

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 24 de setembro de 1993

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho (Licenciado)
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Cenas de barbarismo como as que se verificaram nesta quarta-feira no Congresso Nacional, quando deveria ser lido o projeto de resolução que marcaria a data do início do processo de revisão constitucional, maculam a imagem do Legislativo aos olhos dos cidadãos e constituem, na realidade, uma ameaça à nossa frágil democracia.

Jamais se viu tanta selvageria no recinto do Parlamento brasileiro. O cenário para a desordem estava montado quando as galerias foram ocupadas por grupos organizados de estudantes e sindicalistas, que ali estavam exclusivamente para perturbar o andamento dos trabalhos, gritando palavras de ordem e insultando parlamentares. Isso é inadmissível em qualquer parlamento do mundo, como já tivemos ocasião de assinalar outras vezes, quando, na votação de questões controvertidas, radicais da direita ou da esquerda invadiram as galerias para promover tumultos, chegando ao cúmulo de atirar moedas e objetos diversos sobre deputados e senadores.

Faltou, infelizmente, energia ao presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), para determinar o esvaziamento das galerias logo no início da sessão. Ele só

veio a tomar essa medida depois de ter perdido o controle dos trabalhos, sendo a sua autoridade frontalmente desacatada por deputados sem a mais mezinha noção de decoro parlamentar e pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Roberto Batocchio, e o seu antecessor no cargo, Marcello Lavenère.

Parece inacreditável que, depois da longa e árdua luta do povo brasileiro para valorizar a instituição parlamentar, devolvendo-lhe as suas legítimas prerrogativas, alguns parlamentares do PDT, PT e do PC do B julguem que, pela violência, podem impor os seus preconceitos sobre o Congresso. Declarando-se em processo de obstrução, deputados desses partidos estavam ausentes da sessão, pelo placar eletrônico, mas se encontravam em plenário em carne e osso, como a Nação tomou conhecimento de forma tão deprimente.

Pouco importa se havia ou não quórum para abrir os trabalhos, como fez o senador Lucena, com base em sua avaliação. Nada

justifica a reação dos maliciosamente ausentes, que não tardaram a se manifestar. Aos berros e proferindo injúrias, o deputado Carlos Lupi (PDT-RJ) protestou imediatamente junto com seu colega Luiz Salomão (PDT-RJ), que chegou a arrancar os fios do microfone do senador Lucena para impedi-lo de pronunciar-se. Seus comparsas, Paulo Ramos (PDT-RJ) e Wilson Müller (PDT-RS), foram mais longe. O primeiro investiu contra o deputado Wilson Campos ((PMDB-PE), que lia o projeto, procurando intimidá-lo, postado sobre a Mesa. Müller teve o desplante de arrancar o texto das mãos de Campos e rasgá-lo em pedacinhos que atirava ao plenário, sob os aplausos das ruidosas galerias. No chão, um microfone despedaçado.

Não parou aí o desrespeito. Os representantes da OAB, Batocchio e Lavenère, que não dispõem de mandato parlamentar, tiveram participação ativa nos tumultos, forçando a sua entrada no gabinete do presidente do Congresso e proferindo ameaças. Lavenère disse

mesmo que, se o projeto fosse votado, "isso aqui vai acabar mal", uma afirmação estranha partida de um homem que, até há pouco, posava como defensor da cidadania. Em nome da dignidade dos advogados do Brasil, espera-se que o Conselho de Ética da OAB se pronuncie a respeito dessa conduta que ignora flagrantemente o primado da lei e da ordem. Quanto aos deputados Salomão, Lupi, Ramos e Müller, o presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), já encaminhou ao procurador-geral da Casa despacho do senador Lucena de modo a formalizar um processo de investigação, que pode determinar a cassação dos mandatos dos arrua-ceiros por falta de decoro parlamentar, punição, a nosso ver, mais do que merecida.

Que não se enganem os adeptos da barbárie: o País vai fazer a revisão constitucional, originalmente apoiada, aliás, pelos partidos que agora tanto a combatem. Vai fazê-la porque precisa reordenar o Estado, realizando uma reforma fiscal-tributária e reformulando o sistema político-eleitoral. E o Congresso vai fazer aquilo para o qual foi eleito: votar livremente, recomendando-se que se fechem as galerias ao público e o plenário aos penetras.

Selvageria inaudita no Congresso Nacional